

relacionados à prestação de contas pelo prazo de 05 (cinco) anos após aprovação final, para eventual conferência.

- Ao término da vigência, os documentos serão utilizados para elaboração da prestação de contas.

IV. Legislação Pertinente:

Constituição da República Federativa do Brasil

Lei 4320/1964 – Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei Complementar 101/2000- Lei da Transparência

Código Civil Brasileiro

Código de Processo Civil Brasileiro

Código Tributário Brasileiro

Código Penal Brasileiro

Código de processo Penal brasileiro

Lei 8.666/1993 – Lei de Licitações

Lei 14.132/1996 Lei da OS

Instruções normativas do Tesouro Nacional

Instruções normativas da Corte de Contas.

Decreto Municipal n.º 48.266 de 11/04/2007 e 52.830 de 01/12/2011.

Decreto Municipal n.º 51.501, de 18 de maio de 2010.